

A “CIDADE DA BAHIA” DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM UMA CIDADE DO CAPITAL¹

Tânia Regina Braga Torreão Sá
Doutoranda do PPGMLS/UESB
Docente Assistente do DCHL/UESB
Pesquisadora do GEILC²

José Rubens Mascarenhas de Almeida
Professor do Programa do PPGMLS/UESB (Orientador)
Docente Adjunto do DH/UESB
Líder do GEILC³

RESUMO. Em meados do século XIX e início do século XX, Salvador, a “cidade da Bahia”, capital do Estado, foi adquirindo as formas urbanas que tem hoje, e, sobremaneira, (re)produzindo através perpetuação de sua memória, do modo como os homens enxergavam um patrimônio, enquanto cidade de fundamental importância para o capitalismo colonial. Esse trabalho investiga as antecedências que tornaram possíveis a transformação da “cidade da Bahia” numa das mais importantes capitais do Brasil. Perspectiva para tanto, discutir a avaliação que o saber científico, produzido na 1ª faculdade de ensino superior criada no Brasil, a Faculdade de Medicina da Bahia, enceta em vista da promoção do capitalismo e de suas ideias sobre como deveria se dar o desenvolvimento.

PALAVRAS CHAVES: Memória, Patrimônio, Capitalismo.

ABSTRACT. In the mid-nineteenth and early twentieth century, Salvador, "the city of Bahia",

¹ Esse ensaio constitui-se como parte de um capítulo da Tese de Doutorado *Discurso Cientificista e desenvolvimento desigual e combinado: memória e ideologia na (re)produção do espaço capitalista na “cidade da Bahia” no fim do século XIX e início do século XX*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB).

² GEILC – Grupo de Estudos Sobre Ideologia e Lutas de Classe (UESB/CNPq).

³ GEILC – Grupo de Estudos Sobre Ideologia e Lutas de Classe (UESB/CNPq).

the state capital, has acquired urban form it has today, and, above all, (re)producing through perpetuation of their memory, while the city of paramount importance to the colonial capitalism. This study investigates the lead time which made possible the transformation of the "city of Bahia" one of the most important capitals of Brazil. Perspective to both discuss the endorsement that scientific knowledge produced in the 1st faculty of higher education established in Brazil, the Faculty of Medicine of Bahia and launches for the promotion of capitalism and their ideas about how development should happen.

KEY WORDS: Memory, Heritage, Capitalism.

Concordando com a compreensão de Almeida, para quem “[...] método e teoria não são objetivos finais de um trabalho científico, mas ferramentas propiciadoras de um melhor entendimento do objeto [...]” (2009, p.16), elaboramos esse ensaio perspectivando, senão, colocar o objeto de estudos (“cidade da Bahia”) totalmente entre *bias*⁴, ao menos favorecer uma compreensão do fenômeno – como a ciência legitima o discurso capitalista na cidade do Salvador de meados do século XIX e início do século XX – e de sua essência.

Distanciando-nos, portanto, de qualquer análise baseada na utilização de “tipos ideais” weberianos – porque acreditamos ser esse tipo de análise produto da pseudocriticidade do real (KOSIK, 1976, p.9) –, o ensaio teórico que aqui é sumariamente apresentado, busca explicitar as vinculações do fenômeno estudado com a realidade concreta e por isso mesmo, tomamos a “cidade da Bahia” enquanto “coisa em si”, cujo desenredar da essência não prescinde de um *détour*, isto é, de uma sutileza, de um subterfúgio que objetivamente se apresenta nos sujeitos históricos, sujeitos históricos esses que “em situação” (KOSIK, 1979, p.10) e por meio de práticas sociais, revelam um sistema correlativo de noções que permitem compreender melhor os aspectos concretos da realidade.

Pautando-se, outrossim, no cuidado e na fidedignidade com as categorias e conceitos que julgamos imprescindíveis a definição de qualquer opção metodológica, apropriamo-nos de referenciais analíticos da escola marxista para lastrar uma melhor compreensão do modo como a ciência insere-se enquanto discurso legitimador do “capitalismo colonizado” (HARVEY, p. 102) na “cidade da Bahia” de meados do século XIX e início do século XX.

A opção por essa referência justifica-se pelo entendimento que a escola marxista

⁴ Do inglês. Significa viés, parcialidade. (GOLDENBERG, Míriam. **A arte de pesquisar**. Como fazer uma monografia em Ciências Sociais. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005).

possui indicadores perfeitamente adequados à percepção do fenômeno e de sua essência. Indicadores que permitem pensar como o estatuto científico insere-se enquanto discurso legitimador do capitalismo promovendo, conseqüentemente, o desenvolvimento desigual e combinado, no contexto sócio espacial da produção de uma nova ordem cidadina que ressalva uma agudíssima divisão de classes, cujas repercussões se fazem sentir por meio do controle cada vez mais rigoroso de acesso os espaços urbanos e divisionamento da cidade em duas: uma "nobre" e outra pobre. Marcadores que permanecem até o dia de hoje.

Na perspectiva de promover a explicitação profunda da indissociável conectividade entre fenômeno e essência, intencionamos realizar um retrospecto histórico do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, criado por Trotsky (1978) para explicar a situação histórico social de países atrasados. Para ele:

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processos históricos. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 1978, p. 25).

A concepção antideterminista e antidogmática da história desenvolvida por Trotsky e sua rejeição de todo automatismo economicista mostra seu vigor na Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Para essa tese, sem sombra de dúvidas, o conceito criado por Trotsky fornecerá uma contribuição das mais relevantes, porque tal autor demonstra uma agudíssima sensibilidade com o tempo histórico, entendendo de modo abrangente as circunstâncias históricas da formação da sociedade em suas dimensões econômica, social e política, bem como, a relação dos países com as potências estrangeiras, destacando assim, uma clara preocupação com a totalidade concreta dos fatos históricos.

Objetivando ainda realizar um retrospecto histórico do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, outros pensadores também serão 'convocados' para exporem as suas reflexões dentro desse trabalho. Sem sombra de dúvidas, o diálogo com estes será oportuno para robustecer a crítica ao evolucionismo, social determinismo, a ideologia do progresso linear e ao eurocentrismo, pautados recorrentemente no debate cientificista na 'cidade da Bahia' de meados do século XIX e início do século XX.

No sentido de evitarmos interpretações equivocadas, é bom esclarecer que a inclusão de cada um desses pensadores não se dará exatamente pela fidedignidade com o método do materialismo histórico, mas essencialmente, pela importância e repercussão que seus discursos tiveram em circunstâncias históricas determinadas e consideradas dentro do recorte espaço-temporal que foi definido: um período de 60 anos, a começar de 1852 até 1912. Compreendemos que esses discursos – muitas vezes dissonantes ao marxismo – acabaram por forjar contribuições que se somarão ao entendimento do fenômeno e essência estudados.

Inspirando-nos, então, na “arquitetura metodológica” criada por Almeida (2009), adotaremos categorias marxianas (desenvolvimento desigual e combinado e materialismo histórico e dialético) e marxistas (economia política, especialmente no que concerne ao capital financeiro e à compreensão social do desenvolvimento), o que nos obriga a recorrer a um amplo espectro de referências bibliográficas, documentais e cartográficas. Mais que oferecer uma plêiade de visões teórico-metodológicas, no entanto, o amplo espectro das referências que deveremos consultar, obriga ao apuro com a disposição de auscultar outras vozes, pois, não se trata de especular com base em nossa própria orientação, mas, se trata sim, de perceber que contribuições, pensadores orientados por uma visão diferente da nossa, em alguns casos, trouxeram para explicar o objeto estudado também.

Com a constituição desta "arquitetura metodológica" busca-se evidenciar a gênese e as transfigurações⁵ sofridas pela categoria desenvolvimento desigual e combinado na 'cidade da Bahia' desde meados do século XIX até o início do século XX. Na mesma medida, busca-se também uma aproximação com 3 aspectos importantes do método histórico, que afinal de contas, são indispensáveis para a comprovação da hipótese: a partir da análise da realidade concreta, serão desenredadas as inequívocas relações estabelecidas entre a promoção do discurso cientificista e a afirmação da logicidade capitalista.

Os aspectos indeclináveis do método histórico, nesse trabalho envolvem:

⑩ **Analisar a materialidade das relações sociais.** Dentro de um período marcado por profundas transfigurações – transfiguração de regime político: monarquia para a república; transfiguração de regime de produção: sistema escravista, para sistema de trabalho assalariado

⁵ O termo transfiguração aqui é utilizado em substituição ao termo transformação, pois, compreende-se que esse segundo termo não dá conta de expressar toda a complexidade dos fatos históricos, a partir da lente que pretendemos utilizar para explicar a indissociabilidade do fenômeno e essência. Transfiguração parece ser o termo mais apropriado para explicar que tais fatos históricos não deixaram de ser assim, e devem ser vistos de outro modo a partir do momento em que começa a ocorrer alguma alteração profunda na sociedade. Pelo contrário, a utilização do termo transfiguração destaca o caráter farsesco do capitalismo, que transfigura o fato histórico, sem pretender, no entanto, comprometer o que de mais essencial existe dentro dele: a assegurar a existência das contradições.

e, finalmente, transfiguração do "regime de verdade": do primado do estatuto religioso, ao primado do "regime de verdade" científica – a materialidade das relações sociais determinou a significativa importância que o estatuto científico teve na 'cidade da Bahia' de meados do século XIX e início do século XX;

⑩ **Analisar as múltiplas determinações postas nos contextos históricos.** A totalidade concreta foi sempre renovada a partir da atualização da síntese de múltiplas determinações postas dentro dos contextos históricos. Múltiplas determinações essas que, num primeiro momento, impetraram o ecletismo e a erudição empolada enquanto pontos nevrálgicos e indeclináveis para a produção da ciência, do progresso e do desenvolvimento. Tudo isso para num segundo momento, transfigurarem esses fenômenos por meio da exigência cada vez maior da experimentação científica. Isso porque, para a definição do marcador classe - quem era *illustrado*, quem ocuparia o papel de "criminoso social", quem eram os *homens bons*, etc - numa sociedade profundamente marcada pelas contradições, torna-se central que o estatuto de verdade mais importante, a ciência, assegurar na prática e ideologicamente a manutenção do *status quo* das classes hegemônicas.

⑩ **Analisar as contradições inerentes nos processos sociais.** As teses sobre as quais se apoia a análise marxista mantêm a sua atualidade, visto que as relações sociais entre os homens desde sempre, são reguladas pelo valor de troca antes do que pelo valor de uso das mercadorias e serviços que eles produzem, o que leva a afirmar que as necessidades humanas encontram-se na dependência direta do poder de compra das pessoas no mercado.

A satisfação das necessidades humanas apresenta-se, outrossim, como resultado secundário da produção e do lucro mediado pelo sistema de trocas. É o capital e os bens, não o homem e a vida, pois, que encontra-se no centro da atividade econômica no sistema capitalista, e por isso mesmo são comprimidos por sua força

Por tudo o que foi dito pode-se afirmar, então, que o processo de desenvolvimento capitalista na "cidade da Bahia" de meados do século XIX ao início do século XX, acirra a dupla contradição presente na base de reprodução desse sistema, visto que, ele se estabelece entre a crescente produtividade do trabalho social – força de trabalho, por um lado, e seu uso repressivo e destrutivo, por outro: trabalho morto e subsumido. Em segundo lugar, a contradição é estabelecida entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos excedentes.

Desenredar as complexidades que o método histórico possui, constitui-se num grande desafio para a pesquisadora que, reconhecidamente precisa aprofundar-se ainda mais nas

leituras e reflexões sobre tal método. O desafio a que nos propomos, no entanto, não deve ser confundido com impasse "[...] já que não fogem às determinações gerais do processo de acumulação que lhe é historicamente peculiar [...]" (ALMEIDA, 2009, p.18). Um impasse suporia uma imprecisão inaceitável aqui.

Aderindo a sugestão de Carvalho (2012, p.40), por isso mesmo, propomos a elaboração de uma “maneira marxista” para interpretar o objeto 'cidade da Bahia', concebida pelos *illustrados* da ciência de meados do século XIX e início do século XX. No sentido de operacionalizar essa elaboração racional, outrossim, procuraremos evidenciar que todo o processo produtivo que envolve a transfiguração da 'cidade da Bahia' no período supramencionado, se dá a partir do “[...] trânsito dialético/gnosiológico que separa e relaciona, exclui e inclui e afirma os dois momentos da produção dialética e materialista do pensamento, a saber, *o real concreto* e *o real pensado* [...]" (*grifos do autor*, CARVALHO, 2012, p.40).

E ainda que requeira cuidado extremo lidar com a “[...] apropriação primária das sensações, percepções e da intuição como base para a formulação das representações (noções e conceitos) que terá de desenvolver em seu cérebro para fins práticos [...]" (*grifos do autor*, CARVALHO, 2012, p. 40) – porque tal decisão requisita uma aproximação com categorias muito próximas do método fenomenológico –, talvez tenhamos de de lançar mão da memória inscrita nas Theses Doutoriais selecionadas, em outras bibliografias⁶, em outros documentos⁷ e nos mapas antigos⁸ para explicar porque a 'cidade de Bahia' de meados do século XIX e início do século XX está inserida no projeto expansionista do capitalismo global. Em linhas gerais, o 'recuperar' dessa memória nos ajudará a recompor imagens que reverberarão na constituição de um *corpus* conceitual mais robusto e que se coloca em diálogo com o método histórico.

Sob a lente do método histórico, outrossim, a memória funcionará como uma espécie de ponte que liga a singularidade à multiplicidade condensada de todas as outras cidades que estão inseridas no projeto expansionista do capitalismo global. É através da memória, pois, que a “cidade da Bahia” de meados do século XIX e início do século XX, torna-se dialeticamente parecida com qualquer outra cidade do mundo e daí não fazer sentido tomá-la como um caso particular. Análises marxistas, aliás não podem contemplar estudos de caso.

Quando expomos desse modo as condições apriorísticas de instalação do capital em espaços periféricos da economia mundo, como é o caso da “cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX, destacamos que as formas de capital prototípicas, de

⁶ Outras Theses Doutoriais.

⁷ Edições da Gazeta Médica da Bahia e Códigos de Posturas Municipais.

⁸ Topografias Médicas.

comércio e de usura, restavam sob uma lógica tipicamente capitalista - qual seja, a acumulação como um fim em si mesmo -, muito antes da instalação das formas e meios mais nítidos de produção capitalista. Paradoxalmente, no entanto, é bom esclarecer que a acumulação de capital no mundo pré-capitalista não poderia jamais alcançar o vulto que alcançou, a velocidade em que se processou, a partir da “colonização da produção pelo capital”, apenas, isso porque, os ajustes espaciais da produção do espaço geográfico são pensados no sentido de espraiar o capitalismo, sem que haja, no entanto, nenhuma intencionalidade de equiparação dos desequilíbrios regionais.

Não podemos nos enganar, no entanto, que a memória vai, de per si, fornecer uma representação completa do gênero cidade. Para pensar a cidade dialeticamente, através da memória, faz-se imprescindível compreender que se o gênero 'cidade' – e aqui especialmente, a 'cidade da Bahia' - tem uma imagem, essa imagem foi formatada pela ideologia, visto que:

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ‘ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material...São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc, mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico (MARX, 2007, p.51)

Se as memórias sozinhas não são capazes de potencializar a formação de quadros explicativos que permitem caminhar do real pensado para o real concreto, tampouco, a ideologia sozinha orientará a formação desses quadros. Acreditamos, pois, que para fornecer um quadro cognoscível do fenômeno e essência estudados, será fundamental a elaboração consciente de noções e conceitos com os quais se possa problematizar as questões relativas ao que se concebe enquanto desenvolvimento e, mais ainda, será fundamental compreender como as classes dominadas e hegemônicas se inserem – ou são inseridas – dentro desse projeto.

Recuperamos um fragmento de texto da autora, escrito na forma de um parecer avaliativo do anteprojeto de pesquisa de um colega doutorando, na disciplina que cobra essa avaliação, inclusive. Nesse parecer, deixamos claro que:

[...] para além da considerar a avaliação como um processo, pensamo-a enquanto procedimento pautado na explicitação (sempre) ideológica de uma “consciência de mundo”, que se expõe tanto no corpo do trabalho avaliado, quanto nas considerações realizadas pelo avaliador acerca dele [...] (TORREÃO SÁ, 2012)

Cidade, memória e patrimônio

Abreu nos lembra que “[...] o Brasil é um país de cidades novas [...]” (1998, p.79). A maior parte de seus núcleos urbanos brasileiros surgiu no século XX. Há cidades, entretanto, que já existem há bastante tempo. Contemporâneas dos primeiros tempos da colonização, algumas delas já ultrapassaram, inclusive, a marca do quarto centenário. A cidade do Salvador é uma delas.

Poucas, entretanto, são as cidades brasileiras que ainda apresentam vestígios materiais consideráveis do passado. Em alguns espaços pontuais da “cidade da Bahia”, largamente apropriadas pelo capital – mormente nas cidades consideradas turísticas –, aliás, restaram vestígios dessas memórias.

E se hoje a “cidade da Bahia”, fundada em 1549, vangloria-se por se constituir em um verdadeiro “[...] mosaico do séculos [...]” (SANTOS, 2008, p.13), que preserva edificações no Centro Histórico, construídas na virada do XIX para o XX, é importante lembrar que as formas espaciais que ali se fixaram constituíram-se, sobretudo, a partir da história. De uma história fragmentada e articulada e que é reflexo e condicionante social de um conjunto de lutas que se processaram entre as classes. As formas espaciais, por assim dizer, não são aleatórias. Elas refletem as contradições próprias da sociedade de classes, de tal modo que as alterações que ocorrem dentro dessas, expressam os interesses que o capital manifesta em relação a elas.

Novamente Abreu (2008) nos oferece uma orientação para pensar no assunto. A partir do exemplo de São Paulo, Olinda, Ouro Preto e da própria Salvador, o autor vai discorrendo sobre o desaparecimento das feições físicas da cidade, ao tempo em que aborda o surgimento de uma memória que se fixa através do recurso da imagem.

E o que falar de São Paulo, fundada em 1554? Da paulicéia colonial e imperial quase mais nada existe, e se ainda temos uma boa noção do que foi a São Paulo da primeira metade do século XX é porque contamos com a paisagem eternizada das fotografias e com os belíssimos trabalhos realizados pelos geógrafos paulistas por ocasião do quarto centenário da cidade. Há outros exemplos. Olinda, fundada em 1537, orgulha-se de ser patrimônio cultural da humanidade, mas este título não lhe foi conferido em razão dos testemunhos que sobraram da cidade antiga, em grande parte substituída por construções em estilo eclético ou *art déco* do início deste século. E se Salvador, criada em 1549, e Ouro Preto, fundada em 1711, podem

gabar-se de manter ainda um patrimônio histórico-arquitetônico apreciável, isto deve-se muito mais à longa decadência econômica pela qual passaram, que atenuou os ataques ao parque construído anterior, do que a qualquer veleidade preservacionista local. (ABREU, 2008, p.80)

O que nos interessa no texto de Abreu, no entanto, não é pensar quando tais formas desaparecerem, mas em vista do que elas desapareceram? Que essência o processo de aparecimento ou desaparecimento das formas físicas da cidade do Salvador de meados do século XIX ao início do século XX guardam?

Cidade, Ciência, Desenvolvimento e Memória

O passado sempre fez parte do cotidiano de diversas sociedades contemporâneas. No Brasil, a fé no futuro se constituiu por meio do discurso *cientificista* que se aproveitava daquilo que Hegel chamou de “[...] fardo da história [...]” (LE GOFF, 1994 p.204), e que Marx qualificou mais tarde, ao referir-se ao processo histórico francês, de “[...] peso paralisante do passado [...]” (*apud* LE GOFF, 1994, p.220).

Na introdução da These Doutoral *Ligeiras considerações sobre o determinismo*, Castro (1908) nos dá uma ideia do quanto progredia a fé na *sciência*. Por meio de elogios contundentes, ele realiza afirmações que evidenciam a superação do discurso secular da religião, pelo discurso da verdade científica:

Morrem as crenças, vacillam os dogmas. Diante da luz poderosa da sciência, recuam espavoridas as velhas doutrinas.
Derruído o vetusto monumento, que a fé sustentava, sobre as suas ruínas levanta-se o sólido edifício da sciência moderna.
Também com fragor as columnas das chimeras e ilusões do passado.
Na treva das falsas concepções penetra a luz devastadora da experimentação.
A fé era um empecilho no caminho complicado da verdade; sua supressão foi uma imperiosa necessidade.
A fé crê, a sciência investiga.
A primeira aceita o mystério, a segunda busca desvenda-lo. (CASTRO, 1908., p.7)

Na realidade, a citação acima resume uma tendência do período estudado, que via a ciência não apenas como profissão, mas como um novo estatuto de verdade, capaz de definir novos rumos para o processo de desenvolvimento da nação, inclusive.

Essa atenção as práticas científicas e seus resultados não se constituía, no entanto, uma especificidade da nação brasileira. Eric Hobsbawm chama atenção para “[...] esse mundo da ciência que em finais do século XIX andava para frente nos seus próprios trilhos intelectuais

[...]” (1977, p. 265). Bernstein considera o século XIX o período que testemunhou o nascimento e desenvolvimento de singularidades e Burke (2003, p. 86), de modo semelhante, acredita que as disciplinas seriam uma “invenção” de fins do século XVIII e princípio do XIX. Schwarcz (1993, p. 29-30), da mesma forma, defende que o século XIX caracterizar-se-ia pelas especializações, pelo surgimento de novos ramos de conhecimento e pelo estabelecimento de limites entre as áreas.

O que se quer dizer com isso é que o saber científico, quando se instaura na “cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX, instaura também um projeto político e esse projeto envolvia pensar um 'novo modelo de nação'. Uma nação desenvolvida e industriosa, liberta da imagem de ser constituída por um espaço selvagem e primitivo, como o país fora reconhecido até então. É por isso que a “cidade da Bahia” de meados dos séculos XIX e XX transforma-se, ao mesmo tempo, em uma extensão e também em um desdobramento das demandas sociais dessa *elite ilustrada* e burguesa que ratifica em seus discursos, os parâmetros disciplinares que definem o que significa 'ser desenvolvido' no contexto da valorização das ideias do evolucionismo e sociodarwinismo⁹, popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (SCHWARTZ, 1993, p. 30).

E assim, a constituição da memória e do patrimônio soteropolitanos acompanhou *pari passu* o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, visto que, tal discurso foi o que mais ousadamente explicitou a parceria com os ideias de progresso, desenvolvimento e civilização.

Para Meneses (2008, p.68):

Civilizar tornou-se, a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos. Na senda de outros impérios, Portugal adotou, como parte integrante da sua estratégia governativa, a missão política de civilizar os povos indígenas (MENESES, 2008, p.68)

O atrelamento entre os interesses de exploração capitalistas e o discurso civilizatório, sob essa perspectiva, combinava vários pressupostos que justificavam a superioridade do discurso *cientificista* e situavam a possibilidade de, as culturas ‘outras’ poderem melhorar as suas qualidades, fruto da apropriação de saberes científicos também. Não que o capitalismo

⁹ É bom esclarecer que o evolucionismo e sócio darwinismo funcionam enquanto estatutos ontológicos que lastreiam as concepções de progresso inexorável defendido pelo Doutores da Faculdade de Medicina da Bahia. São considerados, portanto, enquanto “justificativas teóricas das práticas imperialistas de dominação” (SCHWARTZ, 1993, p. 30), porque orientam acerca de uma sociedade, profundamente marcada pela diferença de classes.

pretendesse que todos fossem detentores desse saber, pelo contrário, o que se quer dizer é que ele, por meio da divisão de classes – e seccionalmente econômico – permitiu o acesso ao saber científico somente a alguns poucos privilegiados e a esses poucos caberia a responsabilidade de promoverem esse saber como um saber superior. Isso explica porque os médicos excediam-se no debate de questões que escapavam da aproximação com temas ligados à saúde; isso explica porque o discurso *scientificistas* encarregaram-se da tarefa de construir um novo modelo de nação.

O discurso do desenvolvimento na “cidade da Bahia” do século XIX e meados do século XX, assentava-se igualmente no pressuposto de que a *sciência* possuía uma predisposição especial, para promover o desenvolvimento. A *sciência* configura-se como 'um quê a mais' que encaminha para o processo civilizatório. Quem se embebe dela, pois, pela superioridade moral e material, derivada do disciplinamento do temperamento, segundo o que defendia no período, seguiria firme em direção ao progresso.

Essa fé no desenvolvimento inexorável tornou-se uma ideologia avassaladora a partir da República, e isto explica por que foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face da “cidade da Bahia” de meados do século XIX e início do século XX. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas 'usanças' urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso, de subdesenvolvimento.

Cidade colonial, cidade do capital

Para Marx a cidade ocidental moderna se constituiu no local da produção e reprodução do capital, produto do desenvolvimento desigual e combinado que lastreia o sistema capitalista e que, deste modo, configura-se como parte integrante de processos sociais e contraditórios mais amplos. Cidades como Salvador, portanto – ainda que considerando o seu passado colonial –, expressariam a miséria e a degradação da classe operária, figurando-se em um *locus* privilegiado da luta de classes. A cidade é para Marx, portanto, o berço da burguesia, além de espaço privilegiado aonde se daria a sua ascensão paradoxalmente revolucionária e predatória.

O entendimento da lógica urbana sob o ponto de vista marxista, nesse sentido, requisita a observação e análise das contradições embasantes do processo histórico e por

assim dizer, da memória, que potencialmente tem o poder de permitir compreender como se deu ou dá a divisão social do trabalho.

Com base nos estudos realizados até então – estudos aliás, baseados na análise de documentos históricos que se constituem em um conjunto de 5 Theses Doutorais, escritas entre 1852 e 1912, pelos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia –, pode-se afirmar com relativa tranquilidade, que o estatuto da verdade científica, quanto se instaura na “cidade da Bahia”, via Faculdade de Medicina, implica no desenvolvimento de um novo padrão de exploração que substituiu o sistema estamental pelo de classes sociais. Isto exigiria homens livres, no sentido de que, de um lado deveria haver pessoas não dependentes dos laços da servidão e que, assim, pudessem vender sua força de trabalho e, de outro lado, uma classe que estivesse disposta a comprar e usar tal força de trabalho alheia.

Para Marx, é apenas nas cidades que os proletários e os burgueses, estes dois atores sociais, se encontram e interagem. A cidade, nesse sentido, assume as feições de um grande mercado, uma vez que ela contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o 'exército de reserva' que a burguesia urbana requer, a fim de esmagar os salários e dispor de um 'volante' de mão de obra. Mercado de bens e de dinheiro, a cidade também se torna o mercado de trabalho da mão de obra, expressando as condições mais fundamentais de alienação do homem.

Nesse artigo apresentamos sucintamente uma história de intensificação da apropriação. Expomos o *modus operandi* da lógica capitalista que foi tomando conta da “cidade da Bahia” de meados do século XIX e início do século XX, alterando as formas urbanas dessa importante cidade, e, sobremaneira, (re)produzindo, através perpetuação de uma memória contaminada pelos interesses especulativos, uma cidade riquíssima no que tange ao acervo de bens patrimoniais, todos eles transformados, porém, em fetiches da mercadoria.

Ideias “inovadoras” sobre o desenvolvimento podem ser reconhecidas no Brasil desde o século XIX, quando a cômte real portuguesa se instala no país.

Com a chegada da cômte, em 1808, houve uma grande preocupação em adotar hábitos e políticas públicas que promovessem o assemelhamento de cidades coloniais como Salvador com Lisboa, Portugal. Era o tempo em que se acreditava que as elites poderiam construir nos trópicos uma “europa possível”¹⁰.

¹⁰ Há que se deixar claro, no entanto, que mesmo dentro do propósito de transformar Salvador numa “europa possível”, vigiam limitações dentro desta proposta. Para esclarecer melhor, convém analisar separadamente cada um dos termos, de modo a perceber que quando se coloca o termo “europa”, se quer dizer claramente que foi feita a opção por um modelo civilizatório que é o continente europeu. Já quando se diz “europa possível”, impõe-se uma possibilidade de transformação e mudança, que sobre o ponto de vista do alcance é intangível pela

O discurso do desenvolvimento desigual e combinado, deste modo, conquanto, seja profundamente marcado pela inflexibilidade, não abria mão de oferecer uma solução para o problema do atraso que envolvia o propósito de transformar Salvador numa “europa possível”, isto é, numa cidade que absorvia uma série de elementos próprios do projeto civilizatório e que engendraria alterações múltiplas na vida da sua população. Seus hábitos e aplicação dos gastos, diante das novas obrigações e do novo contato com uma modernidade deveriam ser acentuados na direção de fixar o projeto político liberal, que procurava transformar a cidade “[...] num autêntico laboratório da civilização [...]” (SÁ JUNIOR, 2008), aonde a aquisição do conhecimento obrigaria aos homens de ‘grosso trato’ soteropolitanos à adaptação, movimentando partes consideráveis de seus esforços para atender ao propósito de sustentação da vida no ambiente moderno.

Com base no objetivo de modernização, portanto, promove-se a multiplicação de obras em quase todas as ruas; novas habitações foram sendo construídas com a fisionomia de residências europeias; o comércio de mercadorias de luxo foi propiciado pelos recém-chegados e pelos habitantes locais que possuíam recursos suficientes para viajar a europa e realizar o trânsito de mercadorias.

Diante de todas as transformações, a mais significativa ocorre em 1808 – no mesmo ano em que a corte portuguesa se instala na terra *brasilis* – quando é criada a 1ª escola de nível superior do Brasil, a Faculdade de Medicina da Bahia. Por seu papel pioneiro a Faculdade de Medicina da Bahia já justifica a sua importância, mas não se trata apenas disso. A Faculdade de Medicina da Bahia cumpre o papel de se constituir enquanto principal espaço difusor do discurso *cientificista*, um discurso embriagado nos ideais desenvolvimentistas, promotores da “civilização” a qualquer custo.

E cuidar da “civilização”, sobremaneira, significava interferir em todos os aspectos da vida urbana a fim de impor a dinâmica do capital. Assim, se um homem, porventura, gostasse de estar próximo de uma sociedade de mulheres, a certeza do médico é que fatalmente seu caminho seria a pederastia. Os homossexuais, por sinal, os médicos descreviam assim:

Querem muito cedo se parecerem com raparigas, têm logo necessidade de submeterem-se passivamente, se exaltam e se entusiasmam pelos romances e pelas *toilettes*, procuram fazer trabalhos femininos, como frequentarem sociedades de mulheres. Consideram-nas como amigas, começam a imitar os seus gestos, são de um sentimentalismo banal e amam loucamente o luxo. Raspam os bigodes e todos os cabelos do corpo, procuram sempre vestes que ponham em relevo as curvas de suas nádegas e finalmente se apaixonam por indivíduos do seu sexo. Logo estes

miseráveis, cuja impotência ao trabalho é manifesta, cuja inclinação ao vício é patente, exercerão a prostituição masculina, não só como meio de vida, como para a satisfação do seu apetite execrável. (SAMPAIO, 1912, p.5)

Se as moças se interessavam pela dança do maxixe, logo vinha o médico a prescrever:

Hoje, a última palavra em dança é o maxixe. No Rio de Janeiro em um baile da fina elite, algumas moças de fidalgas famílias requebravam o maxixe, bem aconchegadas aos seus pares. Não ficava ahi, os espectadores batiam palmas e mais requebrado tornava-se o maxixe. Eis ahi o início da estrada do erro para o caminho fatal da prostituição (SAMPAIO, 1912, p.28)

Por tudo isso, pode-se afirmar que o contexto mais propício ao empreendimento das reformas modernizadoras que atingiram a “cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX, foi aquele que teve início tão logo foi implantada a Faculdade de Medicina da Bahia dado que, com a instalação dessa instituição impõe-se um novo regime de verdade – o regime científico – que permitiu a articulação direta entre os interesses capitalistas e o interesse das elites locais que transmutaram-se, passando de elites nobres e oligárquicas a elites burguesas e comerciais.

A preocupação com a instituição de uma moralidade mais rigorosa, desse modo, não tem somente haver com a afirmação de um novo pacto, que enceta dramáticas modificações nos costumes, mas situa-se como uma importante estratégia, que busca assegurar a afirmação de um novo pacto social, aonde pretende-se que as pessoas, definitivamente devam aceitar ser alienadas em razão do pertencimento a uma classe social, a uma posição econômica.

O processo de afirmação da posição da “cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX como cidade periférica da economia capitalista, portanto, veio acompanhada pela construção de novos monumentos; veio acompanhada pela iniciativa de abertura das portas na cidade, abertura essa que permitiu, inclusive, a expansão do núcleo urbano até a altura do que é hoje conhecido como Largo do Rio Vermelho; bem como, se fez acompanhar pela mudança de feição de alguns bairros, que perderam o seu caráter residencial e foram se transformando em bairros comerciais. A cidade, assim, esquadrinha-se, abrindo-se a cristalização das diferenças impostas pela perversidade do capital de tal todo que, até os dias atuais ele está dividida entre bairros chamados de “nobres” e suburbanos.

Neste cenário atuaram os agentes da civilização (médicos, primeiramente, e depois advogados, engenheiros e juizes), próximos aos aparelhos do Estado que estando próximos dos cargos de direção, participarão de maneira contraditória das mais distintas iniciativas que o poder público tomará na primeira metade do século com a finalidade de “civilizar” e “modernizar” a cidade: dos governos de José Maurício Wanderley (1852 - 1855), preocupados

em implantar um modelo higienista na cidade, passando pelo Governo de Luiz Vianna (1896 - 1900), concentrada no reordenamento das instituições (o que implicou no fortalecimento dos órgãos repressivos), até chegarmos ao período dos intervencionistas, com destaque para a gestão de José Joaquim Seabra (1912), na qual se processa em evidente rearranjo das oligarquias locais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos mostrar neste trabalho como, sob o olhar marxista é possível realizar uma análise do nosso passado colonial.

No plano metateórico, demos particular atenção à existência de uma tensão na historiografia que retoma, de certa forma, o debate entre a visão historicista do conhecimento, segundo a qual os conceitos são históricos, particulares, e assim os conceitos criados para estudar uma sociedade não podem ser generalizados para o estudo de outras; e a visão positivista e também a estruturalista, que buscam os “invariantes universais”, ou as leis gerais que regem as diferentes sociedades.

No plano teórico, enfatizamos também as discussões a respeito da utilização dos conceitos da economia política marxista (modo de produção, formação social, relações de produção e capital), e também as discussões a respeito da importância relativa do mercado interno da colônia, com a correspondente discussão sobre a autonomia da economia colonial em face das flutuações do mercado internacional (e as “críticas empíricas” que vieram questionar a ideia do “sentido”).

Apesar de termos feito aqui as distinções entre os planos metateórico, teórico e empírico, nunca é demais lembrar que estes planos estão inter-relacionados, e ao longo do texto buscamos explicitar a dificuldade desta separação, particularmente quando se trata de uma abordagem dialética.

O desafio posto nesse trabalho é, portanto, pensar a originalidade das fontes da pesquisa, a 'elasticidade' dos discursos cientificistas médicos e as consequências do desenvolvimento capitalista, desigual e combinado, no contexto socioespacial da produção de uma nova ordem citadina, que ressalva uma agudíssima divisão de classes, cujas repercussões históricas e geográficas se fazem sentir por meio do controle cada vez mais rigoroso de acesso aos espaços urbanos, sobretudo, aqueles mais dotados de infraestrutura. Este desafio se institui porque as construções teóricas dos homens de *sciência* no período supramencionado,

parecem tender a se auto representarem como fundamentais para a solução dos destinos da “cidade da Bahia” constituindo, portanto, num material privilegiado para a recuperação da memória não só cidadina, mas para entendermos sobre quais parâmetros, o discurso do desenvolvimento desigual e combinado afirma-se para promover o desenvolvimento capitalista pautado no metabolismo da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I**. Porto: Vol. XIV, 1998, p 77 – 97.
- ALMEIDA, J. R. M. **Globalização: a retórica do velho imperialismo** (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX e XXI. 2009. 433 f (Tese de Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BERNSTEIN, B. **Pedagogy, symbolic control and identity: Theory, Research, Critique**. New York: Lanham, Boulder, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. 229p.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.
- CASTRO, E. P. A. **Ligeiras considerações sobre o determinismo**. 1908. 85 f (These Doutoral) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1908.
- CARVALHO, E. **A cidade do capital e outros estudos**. Salvador: Arcádia, 2012.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, 107 p
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011, 196 p.
- HOBSBAWM, E. **Era das Revoluções – 1789/1848**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 250p.
- LE GOFF, J. Memória. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. In: CASTRO, I. E. *de et al* (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 309-353.
- MENESES, M. P. (2008), "Mundos locais, mundos globais? Desafios para outras leituras da

diversidade do Sul", In: CABECINHAS, R. e CUNHA L. C. (Orgs.). **Comunicação intercultural**: perspectivas, dilemas e desafios. Porto: Campo das Letras, 75-94.

SANTOS, M. **O centro da cidade do Salvador**. Estudos de Geografia Urbana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e EDUFBA, 2008, 208 p.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287p.

TROTSKY, L. *História da revolução russa*. Dois tomos. 1ª ed. São Paulo: Sundermann Editora, 2007, 1776 p